

## **REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º \_\_\_\_\_ DE 2008**

(Da Senhora Rebecca Garcia)

**Solicita ao Ministro da Justiça, Sr. Tarso Genro, informações referentes a implantação do pregão público nas licitações.**

Senhor Presidente,

Com fundamento no artigo 50, § 2º, da Constituição Federal e no artigo 115, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a V. Exª. que seja encaminhada ao Ministro da Justiça, Sr. Tarso Genro, solicitação de informações referentes a implantação do pregão público nas licitações.

### **JUSTIFICATIVA**

De acordo com informações publicadas recentemente na mídia, apesar da implantação do pregão eletrônico nas licitações públicas, algumas irregularidades, como as relacionadas ao superfaturamento e à combinação prévia dos licitantes, ainda aparecem na realização das concorrências. Para combater o problema, órgãos fiscalizadores dos gastos públicos, como o Tribunal de Contas da União (TCU), se esforçam para atender representações de licitantes que se sentem prejudicados em procedimentos licitatórios. A evolução do número de medidas cautelares adotadas pelo tribunal e que envolvem a suspensão de licitações demonstra a fragilidade do pregão eletrônico.

Desde 2005, ano da publicação do Decreto nº 5.450, que tornou obrigatório o uso do pregão com preferência à forma eletrônica, até março de 2008, o TCU adotou 237 medidas cautelares de suspensão de licitações junto a órgãos e entidades com o objetivo “de evitar potencial lesão ao erário”. O TCU estima que, nesse período, as medidas envolvam a aplicação de recursos públicos federais superiores a R\$ 7,3 bilhões. Só no primeiro trimestre deste ano, 27 medidas foram adotadas, as quais envolvem o montante de R\$ 24,3 milhões.

O número de cautelares que envolvem a suspensão de licitações em 2008 é quase o dobro do registrado em 2005. Relatório do TCU ressalta que a expedição dessas medidas pode não ter necessariamente impacto econômico, mas visa a resguardar, tempestivamente, a legalidade e a moralidade da aplicação dos recursos públicos federais.

Mesmo com esses problemas, de acordo com o Planejamento, nos primeiros seis meses de 2008, a utilização do pregão eletrônico gerou uma economia de R\$ 1,8 bilhão para os cofres públicos. Foram utilizados R\$ 5,2 bilhões em contratações por pregão eletrônico, o equivalente a 75% do valor global em licitações de bens e serviços comuns. No ano passado, a participação do pregão eletrônico chegou a 35.676 processos de compras - 74% do total. Juntos, os pregões eletrônico e presencial atingiram R\$ 18,8 bilhões de bens e serviços comuns licitados.

Entre janeiro e junho de 2008, foram realizados 8.258 processos licitatórios por pregão eletrônico. Este número representa 82,6% das licitações realizadas por órgãos da administração federal direta, autárquica e fundacional existentes em todo o País (sem considerar órgãos da administração indireta, como as empresas estatais e as sociedades de economia mista federais).

É importante lembrar que o governo federal é o maior comprador do Brasil. Em 2007, os gastos da administração pública federal com compras e contratação de serviços por meio de licitações envolveram cerca de R\$ 25 bilhões. Foram mais de 41 mil procedimentos realizados nas modalidades existentes: concorrência, pregão (eletrônico e presencial), tomada de preços, convite, concurso e leilão.

Antes de o pregão eletrônico ser implantado, as irregularidades mais freqüentes estavam diretamente relacionadas ao universo limitado de licitantes, o que favorecia superfaturamento e o acordo prévio. Paralelamente, com a licitação ocorrendo em um ambiente restrito, servidores públicos inescrupulosos encontravam facilidades para promover o direcionamento, a dispensa ou a inexigibilidade da licitação.

Em grande medida, a preocupação com a transparência nos gastos do governo federal é fruto de históricos e sucessivos escândalos. A Lei de Licitações (8.666/93), por exemplo, é resultado direto da “CPI das obras inacabadas”, que revelou outra dimensão do problema e expôs aspectos do descontrole dos gastos públicos - as licitações.

Diante do exposto, solicito ao Ministro da Justiça, Sr. Tarso Genro, as seguintes informações:

- 1) Existe algum setor específico do Ministério que faça a gestão e a fiscalização dos pregões em que o governo participa?
- 2) O que o governo federal está planejando para melhorar a fiscalização nos sistemas de licitação?
- 3) De que maneira parlamentares podem trabalhar para contribuir com uma melhor segurança nos processos de licitações, feitas por meio de pregões eletrônicos?
- 4) Que outra forma de licitar poderia ser instituída, que desse mais segurança, já que o pregão eletrônico ainda permite brechas?
- 5) Esses dados expostos no texto acima podem ser considerados em todo o Brasil ou existem regiões mais críticas que outras? Quais?

Sala das Sessões, 02 de setembro de 2008

**REBECCA GARCIA**  
**Deputada Federal PP/AM**